



DL-01

Ses. Esp. 13/06/13

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao Dia Nacional do Defensor Público, proposta por mim.

Convido para compor a Mesa o procurador-geral do Estado, Sr. Rui Moraes Cruz, representando o governador Jaques Wagner; a defensora pública Geral, Sr^a Vitória Beltrão Bandeira; o Sr. Deputado Augusto Castro; a presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, Sr^a Soraia Ramos; a ouvidora da Defensoria Pública, Sr^a Tânia Palma; o defensor público Cláudio Piansky, que representa a presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Sr^a Patrícia Kettermann; Sr. Matheus de Oliveira Brito, representando o presidente da OAB, Sr. Luiz Viana Queiroz.

O Dia Nacional do Defensor Público foi em maio, mas não poderíamos deixar de fazer aqui esta homenagem à Defensoria Pública.

Convido o deputado Augusto Castro para assumir a presidência enquanto faço uso da palavra.



5710-III

Ses. Esp. 13/06/13

Or. Álvaro Gomes

Comemoração ao Dia Nacional do Defensor Público.

O Sr. PRESIDENTE (Augusto Castro):- Bom-dia a todos e a todas! Quero saudar aqui Dr^a Vitória Bandeira, defensora-geral do Estado, o procurador-geral, Sr. Rui Moraes Cruz, e todos os representantes da Defensoria, funcionários da Casa, imprensa, parabênizo o deputado Álvaro Gomes pela iniciativa desta sessão especial em homenagem à Defensoria para discutir suas alternativas, sua ampliação no Estado.

Estava conversando com a Dr^a Vitória sobre a importância de ampliar o orçamento da Defensoria para convocar os concursados. Essa expectativa é importante para o Estado da Bahia.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Saúdo o procurador-geral do Estado, Dr. Rui Moraes Cruz, que representa o governador Jaques Wagner; a defensora pública Geral, Dr^a Vitória Beltrão Bandeira; o Sr. Deputado Augusto Castro, que ora preside a sessão especial; a presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, Dr^a Soraia Ramos; a ouvidora da Defensoria Pública, Sr^a Tânia Palma; o defensor público Cláudio Piansky, que representa a presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Dr^a Patrícia Kettermann; Sr. Matheus de Oliveira que aqui representa o presidente da OAB, Luiz Viana Queiroz. Quero saudar também todos que estão aqui, neste momento, prestigiando esta Sessão Especial da Defensoria Pública; todo o plenário, em nome de Cristina, nossa companheira de luta da Associação dos Defensores; todos os demais presentes a esta sessão especial.

(Lê) “Eu gostaria de dizer, inicialmente, que sinto nesse momento uma dupla satisfação em ser o deputado proponente desta sessão especial. Primeiramente por envolver esta Casa na luta em defesa dos interesses dessa essencial instituição chamada Defensoria Pública e, por extensão, dos membros que a compõem. A quem aproveito a oportunidade



para saudá-los, com certo atraso, por ocasião do Dia Nacional do Defensor Público, celebrado em 19 de maio.

E em segundo por contribuir com uma causa que abracei há alguns anos por convicção política, bem como pelos valores humanos que norteiam nossas ações. Não apenas como parlamentar, mas sobretudo como homem, Álvaro Gomes - o cidadão de origem humilde e interiorana, que por anos sentiu na pele e foi testemunha da dor social que representa a ausência do Estado nos rincões mais distantes da metrópole.

Penso que fazer a defesa da Defensoria Pública significa lutar pela inclusão e justiça social, para construção de uma sociedade mais humana na Bahia. Ambição esta somente alcançável se cada indivíduo se tornar um agente das mudanças. E o Estado fazer-se presente com o seu braço social no papel de promotor do desenvolvimento e catalisador de oportunidades para todos.

Uma Defensoria forte é condição *sine qua non* para assegurar o acesso a Justiça das camadas mais desfavorecidas da pirâmide social no Brasil, notadamente no Nordeste.

Não posso negar, também, a satisfação de ser um deputado da base de sustentação de um governo que não tem se omitido no seu relevante papel de valorizar a Defensoria Pública. É justo lembrar que a Defensoria na Bahia respirava por aparelhos — ou melhor, beirava a extinção. O que no meu entender representa um crime contra a população carente, e uma ameaça as demais estratificações.

Ao assumir o Palácio de Ondina, em 2007, o governador Wagner deu uma oxigenada no quadro de inanição que vivia a instituição. Revigorou a higidez política e estrutural da Defensoria e promoveu uma valorização em pessoal, inclusive salarial. Isso, é bom que se diga, evitou um problema maior, que seria o de evasão da carreira.

Do pífio quadro de 90 defensores, como encontrou o governador, o Estado saltou para 231, como encontra-se hoje. Mas isso ainda não representa o ideal. Muito menos o que o povo baiano merece e necessita. Apesar do salto de qualidade, cerca de 10% apenas das comarcas baianas tem defensor em atuação. Precisamos de um defensor público em cada comarca da Bahia. (Palmas)



Tenho certeza que é este o desejo do governador, e o retrato que mais espelha o perfil proativo desse governo, que muito defendo nesta Casa. Sinais nessa direção o Palácio de Ondina tem dado. Prova disso foi a Portaria nº 346/2013, que prorrogou por mais dois anos o prazo de validade do 6º Concurso para a carreira inicial de defensor público. Recentemente o governo nomeou alguns defensores. Sabemos das limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas fazemos um apelo ao governador para que os demais concursados sejam chamados.

Aliás, toda as vezes que eu tenho a oportunidade de conversar com o governador – recentemente conversei –, tenho solicitado, tenho feito essa reivindicação, que é a reivindicação de toda a sociedade. Digo a ele: “Governador, convoque os concursados. Governador, faça um esforço. Eu sei das limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas é preciso fortalecer a Defensoria Pública.” E o governador tem demonstrado muita boa vontade, assim como também para outras questões que temos abordado, sempre que temos a oportunidade de conversar com o governador, a exemplo da questão da sede da Defensoria que em princípio seria no CAB. Recentemente também conversei sobre isso com ele. Já tinha feito uma indicação anterior, há algum tempo, conversamos numa audiência em que nós estivemos, e ele falou que tem toda a boa vontade de viabilizar. O governador está verificando as possibilidades, e se existe, realmente, a disponibilidade, mas se mostrou bastante receptivo.

Não podemos esquecer que assim como uma família, a Defensoria Pública também necessita da tranquilidade de um lar. Se este governo já levou a quase 60 mil famílias baianas a paz que só uma casa própria pode trazer, através do indispensável Programa Casa da Gente, a Defensoria Pública também precisa de uma sede pra chamar de sua. Fiz indicação ao governo, inclusive, nesse sentido – como já me referi anteriormente.

Não poderia perder esta oportunidade para, de público, elogiar a bela iniciativa da instituição com a campanha "Defensores Públicos pelo Direito de Recomeçar". Essa, realmente, é uma bela campanha. É papel do agente público, assim como do conjunto da sociedade organizada, buscar de todas as formas a ressocialização. A Bahia já conta hoje com pouco mais de 13 mil presos.



No país, a população carceraria soma cerca de 500 mil presidiários, grande parte desse contingente sem um advogado. É a quarta população presidiária do mundo. Primeiro vem os Estados Unidos, depois a China, a Rússia e o Brasil. É importante ressaltar também que a grande parte dos presos não tem advogado, e que o perfil é de negros, pobres, excluídos e jovens. Esse é o perfil. Aí se fala muito em bandidos. Tudo bem, tem muitos bandidos presos. Agora, sinceramente, eu acho que existem bandidos 100 vezes mais perigosos na alta sociedade circulando livremente. (Palmas) E tem muitos homens e mulheres de bem presos injustamente, às vezes, até por falta de um advogado, por falta de uma Defensoria Pública forte e estruturada para acolher essas pessoas.

Portanto, se não buscarmos uma ressocialização inteligente e efetiva, o que será dessa massa? E do país, conseqüentemente? Por isso, além da humanização da pena de privação da liberdade, ou seja, de humanizar os presídios, precisamos também entender e buscar viabilizar o defensor público como agente transformador dessa realidade.

Como destaquei no início desse discurso, e acredito que estas breves palavras reiteram tal posição, abracei a causa da Defensoria Pública por compreender que o ser humano, uma vez em dia com sua dívida ante a sociedade, precisa e merece uma segunda chance. E nesse sentido, quanto a esta chance, penso - aliás, tenho certeza -, esta plêiade de homens públicos e cidadãos que aqui se encontra pode fazer muito.

Como ontem foi o Dia dos Namorados, me pergunto o quanto esta Bahia ficaria mais bonita socialmente se todos aqui, assim como eu, fossem uns apaixonados confessos pela Defensoria Pública. E, claro, declarassem esse amor de público sempre que pudessem. Como fago agora.

Para finalizar, considerando que hoje é 13 de junho, Dia de Santo Antônio, que, segundo a fé católica, além de santo casamenteiro, foi também o santo dos pobres, quero citar o trecho de uma música que tem muito a ver com o papel da instituição sobre a qual ora nos debruçamos, interpretado por uma baiana ilustre. Cantou Maria Bethânia: *'Que seria de mim, meu Deus, sem a fé em Antônio?'* Então eu me pergunto: o que seria desta sociedade, meu Deus, sem a Defensoria Pública?

Viva a Defensoria Pública!



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



5711-III

Ses. Esp. 13/06/13

Or. Vitória Beltrão

Comemoração ao Dia Nacional do Defensor Público.

O Sr. PRESIDENTE (Augusto Castro):- Convido o deputado Álvaro Gomes para presidir a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Dando continuidade à sessão, vamos conceder a palavra aos membros da Mesa e depois abriremos para todos que dela desejarem fazer uso.

Concedo a palavra à defensora pública Vitória Beltrão.

A Sr^a VITÓRIA BELTRÃO:- Bom-dia a todos.

Saúdo o Sr. Proponente da sessão, Deputado Álvaro Gomes, o Sr. Procurador Geral do Estado, Rui Moraes Cruz, o Sr. Deputado Augusto Castro, a Sr^a Presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, Soraia Ramos, a Sr^a Ouvidora-Geral da Defensoria Pública, Tânia Palma, o Sr. Defensor Público Cláudio Fiasqui e o Sr. Matheus de Oliveira Brito, representante do presidente da OAB/BA, Luiz Viana Queiroz.

Senhores e Senhoras, caros colegas, (Lê) “inicialmente não poderia deixar de enaltecer a iniciativa do deputado Álvaro Gomes, que no exercício do seu mandato parlamentar tem-se demonstrado um devoto das causas defensoriais. E não é sem razão essa atitude louvável.

“Tenho consciência de que a proposição do deputado Álvaro Gomes foi acolhida à unanimidade nesta casa, por saberem da importância da nossa Instituição.

Igualmente entendo oportuna uma menção especial à presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia - ADEP, que vem com autonomia e altivez desenvolvendo de forma profícua a sua gestão.

Do mesmo modo parablenho todos os Defensores Públicos pela fiel dedicação ao compromisso social que assumimos de zelar pelos direitos dos cidadãos economicamente débeis.



O dia nacional da Defensoria Pública ocorreu no último dia 19 e as suas comemorações tiveram como tema: Defensores Públicos: Pelo Direito de Recomeçar.

Durante três dias desenvolvemos atividades em conjunto com a ADEP, em todas as comarcas que possuímos representação, com a finalidade de debatermos e refletirmos os objetivos que precisamos alcançar para uma Instituição mais fortalecida e por consequência melhor para os cidadãos carentes de nosso Estado.

Importante salientarmos que essas ações pontuais sempre nos trazem reflexões de onde estamos e onde precisamos chegar, em que patamar a sociedade e os cidadãos esperam que a Defensoria esteja.

Por isso que, nós agentes públicos, investidos de atribuições pela defesa dos cidadãos carentes, o que de certa forma também é um *mister* dos parlamentares, precisamos nos empenhar para desenvolver atividades coordenadas, que nos levem a uma sintonia, e que oportunize aos beneficiários de nossas ações conquistas reais.

Somos todos sabedores dos enfrentamentos e debates pelos quais nossos representantes já passaram em nossa democracia para que chegássemos ao atual Estado Democrático de Direito.

Porém, são esses mesmos enfrentamentos que não podem ser esquecidos nos dias de hoje, para que valorizemos nossas conquistas e para que transformemos nosso estado num Estado real para todos, e não apenas perfeito sob o ponto de vista das leis e garantias.

O cidadão precisa perceber a existência real do Estado, e não apenas saber de sua existência como se fosse algo distante.

Acredito que em conjunto poderemos enfrentar os grandes desafios e metas que o necessário desenvolvimento nos impõe.

Sabemos também, que a prioridade de nossas ações sempre será a identidade desta Instituição cidadã com os anseios de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Muito Obrigada.”

Muito obrigada pela atenção de todos vocês. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



5712-III

Ses. Esp. 13/06/13

Or. Tânia Palma

Comemoração ao Dia Nacional do Defensor Público.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Registrar as presenças do deputado Marcelino Galo; da deputada Maria del Carmem, do Núcleo Profissional Classista; de Rita Sabadelhe, coordenadora-geral da Frente de Luta Popular dos Núcleos Jardim Cajazeira, Cabula e São Marcos; Pedro Gonçalves, presidente da Associação de Moradores Vista da Bahia, Pirajá; da União das Organizações Sociais e Culturais de Camaçari; Dr.^a Hélia Barbosa, presidente da ABMP, inclusive vou convidá-la para fazer parte da Mesa. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra à ouvidora geral da Defensoria Pública, Tânia Palma. (Palmas)

A Sr.^a TÂNIA PALMA:- Bom-dia a todas e a todos os presentes a esta sessão especial.

Inicialmente, gostaria de parabenizar todas as pessoas que vieram nesta manhã de quinta-feira, em especial o Movimento de Luta pela Moradia e Justiça Social, e as demais representações da sociedade civil que aqui estão.

E também quero homenagear os defensores na semana em que se comemora a existência da Defensoria, porque esta não existe sem defensor. Ao tempo em que destaco a importância que essa instituição tem para todos, porque ela nos interessa e conta para nós. Então, se nos interessa e conta, é muito importante que a comemoremos.

Quero parabenizar o deputado Álvaro Gomes por esta iniciativa e dizer, deputado, que existem muitos apaixonados pela Defensoria. Acredito também que o próprio governador do Estado seja um deles, pois ajudou para que ela pudesse caminhar para a frente.

Acho que os deputados comprometidos com as lutas populares também são apaixonados, assim como o povo que procura a Defensoria. Mas precisamos de muito mais paixão.

Quero saudar a Mesa nas pessoas da presidente da Associação dos Defensores, Dr.^a Soraia, e da Exm.^a Defensora Pública, Vitória Bandeira; e saudar o Dr. Piansky, representando



a Anadep; o Dr. Rui Brito, procurador do Estado; Dr. Marcos Brito, representando a OAB; o deputado estadual Augusto Castro; e Dr^a Hélia Barbosa.

(Lê) “A Defensoria Pública nasce no contexto de desigualdade enraizada desde o Brasil colônia com a marca das absurdas e desumanas diferenças de classe, raça e gênero. Nesse cenário, os conflitos têm por base direta ou indireta a propriedade, a concentração da riqueza e a exploração de muitos. Em tal contexto, a Justiça se torna um privilégio e até um instrumento de acentuação e manutenção dessas diferenças.

Por princípio, em um Estado democrático de feição moderna, todos são iguais perante a lei. O pleno acesso à Justiça deve ser um dos objetivos principais de uma sociedade democrática. Entretanto, não obstante os avanços alcançados na Carta Magna, historicamente, no Brasil, e especialmente na Bahia, o acesso e o tratamento jurídico ofertado às cidadãs e aos cidadãos, vítimas dessa situação estrutural histórica de desigualdade imperante no Estado, não tem sido igual para todos.

O movimento democrático e popular conseguiu inserir na Constituição brasileira de 1988, entre outros dispositivos que garantem a participação organizada dos movimentos populares no controle social, a assistência judiciária aos necessitados, tanto no plano individual como no coletivo. Esses dispositivos fazem parte de um conjunto de normas que têm como espinha dorsal a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Embora tenha havido notáveis avanços no setor da Saúde...”

Podemos também elencar aqui, na Bahia, deputado... É muito interessante que num contexto desses, de tanta necessidade urgente, ainda precisemos ampliar muito mais a oferta dos serviços que o Estado pode oferecer às pessoas, porque temos uma desigualdade que vem lá de trás. A gente não pode esquecer dessa história. Essa desigualdade faz com que todos os dias...

Vejam, não é porque não gostamos do governador. Isto não está no quesito. A gente inclusive lutou para que este governo estivesse aí. Mas a gente compreende que este governo, eleito pelo povo, precisa demonstrar, na prática, o que é preciso fazer e fazer muito mais. Não é? A Defensoria sozinha não dá conta dos graves problemas que afligem a população no



estado da Bahia, tanto nas questões relacionadas com a saúde quanto nas questões relacionadas à assistência social ou ao direito de moradia.

É necessário que mais e melhores investimentos sejam feitos para que possamos minimizar esta situação gritante. Também, é preciso afirmar que nós não queremos o governo anterior a este. Isto é fato e é claro. Queremos, sim, avançar. Queremos, sim, dialogar, a fim de demonstrar tais avanços. É preciso construir.

Lá fora, há uma mapa que mostra as localidades onde não há Defensoria, mas que precisam ter. Todos os dias, nós recebemos, na Ouvidoria, abaixo-assinados com pedidos e manifestações dos municípios solicitando a atuação da Defensoria nas áreas de saúde e educação.

Então, para nós, defensores, deputados e membros desta Mesa, é muito importante estarmos articulados para trabalhar com a Ouvidoria Geral do Estado e outras ouvidorias no sentido de que possamos fortalecer este bloco, porque, na verdade, ouve e recebe os clamores da população para que se possa dialogar com o governador no sentido de que possa ser feito um investimento mais de perto nessas localidades.

Gostaria de colocar, deputado Álvaro, uma proposta no sentido de que possa ser criada uma comissão de deputados junto com a DEP, a fim de realizar uma audiência com o governador, além de convocar outros deputados, a exemplo da Dr^a Maria del Carmen e Marcelino Galo, parceiros nesta luta da Defensoria, para dialogarmos sobre onde está a gravidade da coisa e onde se precisa fazer um investimento de perto e urgente, urgente.

Nós não queremos aventar a possibilidade de que outro grupo venha para o governo. Não queremos isso. Nós queremos avançar. E avançar, para a Defensoria é, também, avançar na política do estado. Isso é muito interessante para nós. Devemos pensar que tudo o que construímos no dia a dia com a Defensoria e o que estamos construindo é para melhorar a política do Estado e é para melhorar a situação das pessoas que mais precisam.

Com este pedido, eu gostaria que ficasse registrada a solicitação desta audiência.

Coloco-me à disposição. Estão aqui presentes vários movimentos. Há o pessoal do interior. Muita gente ligou, de ontem para hoje, a fim de avisar que não poderia estar



presente. Temos 32 representações do interior do Estado que poderiam estar presentes; mas, por conta da distância e das condições econômicas, não puderam vir. Gostaria de que pudéssemos agendar esta discussão com o governador, pois penso que será muito interessante. Nós precisamos discutir a Bahia com o governador.

Estou fazendo este pleito aqui e gostaria que ficasse registrado.

Também, quero fazer hoje duas homenagens belíssimas. Uma homenagem é para os defensores pelo dia. Meus parabéns! Acho que vocês têm de estar na luta. Defensor, para mim, é agente político de transformação. Sempre digo que não podemos deixar o defensor atendendo só quatro horas, pois têm de levá-los para descer a ladeira de Águas Claras, do Bairro da Paz. Não é Maria del Carmen? Precisamos levar os defensores para conversar com o povo de forma coletiva. Isso, também, faz parte do processo de construção e de transformação da Defensoria.

Agora, é preciso haver uma Defensoria forte.

Vejo, aqui, várias gestoras. E é muito legal ver essa coisa de gênero, não é? Ou seja, são as mulheres transformando. Várias gestoras passaram pela Defensoria como as Dr^{as} Hélia, Tereza e Vitória. Que bom que as mulheres estão assumindo o poder! E ao assumir o poder, elas estão levando isso com muita firmeza e seriedade para transformar. As pessoas fazem a história. Por menor que seja o período, elas fazem a história. Estamos caminhando para fazer uma história bonita da Defensoria, porque ela importa para nós e ela tem de existir e não tem jeito.

E, pensando nisso de ontem para hoje, eu queria fazer uma homenagem a uma grande mulher também para mim que, com certeza, se estivesse viva, ela seria assistida da Defensoria. Trata-se de Carolina Maria de Jesus que escreveu o livro *Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada*. Lerei um trecho para vocês.

(Lê) *“Escrevo a miséria e a vida infasta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.*



(...) a pessoa de que vou falar é tão tola que, às vezes, sorri para os outros na rua. Ninguém lhe responde o sorriso porque nem ao menos a olham. O que me admirava era catar papel e cantar.

Eu sou muito alegre. Todas as manhãs eu canto. Sou como as aves, que cantam apenas ao amanhecer. De manhã eu estou sempre alegre. A primeira coisa que faço é abrir a janela e contemplar o espaço.”

Então, em homenagem a Carolina Maria de Jesus, uma favelada que catava papel, que saiu de Minas Gerais, faria 100 anos de idade em 2014, com certeza, seria uma ilustre assistida da Defensoria. E em nome desta mulher, homenageio todos os assistidos, todas as pessoas que precisam dessa garantia do acesso à Justiça que tão dificilmente é.

Vejo, todos os dias, isso cortar na minha pele quando as pessoas, ao chegarem lá, com audiência marcada, e não há defensor. Tento fazer alguma coisa para driblar. Aí, marco no dia em que há defensor. Ligo para o defensor. Muitos defensores aqui presentes recebem o telefonema da Ouvidoria pedindo-lhes para virem no outro dia. Isto é de cortar na pele todos os dias. E cortando na pele, nós trabalhamos. Nós podemos ir a qualquer unidade da Defensoria que está cheio de gente.

Então, nós homenageamos a Defensora pela importância desta instituição. Mas precisamos que os defensores – tantos os novos quanto os velhos – compreendam o quanto é bonita a sua atuação, o quanto é complexa esta atuação neste contexto de desigualdades e o quanto é preciso que se doe mais um pouco.

Não acredito que nenhum defensor passa no concurso da Defensoria por conta do salário. Isso não existe na Defensoria Pública do Estado da Bahia. As pessoas passam, porque querem desenvolver um trabalho voltado para as pessoas, porque gostam do povo, porque gostam do povo pobre, porque compreendem que esta sociedade precisa ser transformada e porque compreendem que esta não é a sociedade que nós queremos.

Nós nos precisamos curvar e, ao mesmo tempo, precisamos-nos juntar a esta sociedade para transformá-la.

Muito obrigada. (Muitas palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



5713-III

Ses. Esp. 13/06/13

Or. Soraia Ramos

Comemoração ao Dia Nacional do Defensor Público.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra à presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, a Dr^a Soraia Ramos.

A Sr^a SORAIA RAMOS:- Bom-dia a todos e a todas.

De antemão, saúdo o Exm^o Sr. Deputado Álvaro Gomes; a Exm^a Sr^a Defensora-Geral, Dr^a Vitória Beltrão Bandeira; o Exm^o Sr. Deputado Augusto Castro; o Exm^o Sr. Defensor Público, representando a Anadep, Dr. Cláudio Piansky; a Exm^a Dr^a Hélia Barbosa; o Exm^o Sr. Procurador-Geral, Dr. Rui Cruz; a nossa ouvidora, Dr^a Tânia Palma; o representante da OAB, Dr. Matheus Brito; os meus colegas defensores públicos, os representantes da sociedade civil da capital e do interior; os deputados presentes como Maria del Carmen, Marcelo Nilo, Marcelino Galo; os aprovados no concurso da Defensoria Pública aqui prestigiando a nossa saudação, enfim, a todos os presentes.

Quero parabenizar e, também, agradecer ao deputado Álvaro Gomes que nos presenteou com esta sessão especial em homenagem ao Dia da Defensoria Pública. O deputado Álvaro Gomes, sempre, esteve na luta em prol da Defensoria Pública e, sempre, entendeu a necessidade do fortalecimento e da aplicação da Defensoria Pública. Isso mostra como ele se preocupa com a população carente porque, sem a Defensoria Pública, muitos dos direitos que a esta Casa do povo deu e muitas das leis feitas pelos deputados federais não teriam aplicação se não fossem os defensores públicos. Então, como disse antes, parabenizo e, ao mesmo tempo, agradeço ao deputado Álvaro Gomes.

Quero parabenizar, também, os meus colegas defensores públicos neste dia, pois esta é uma homenagem ao Dia da Defensoria Pública. Sempre digo que, talvez, seja esta uma das poucas carreiras jurídicas, senão a única, que celebra o seu dia colocando o seu público alvo no centro dos debates. Não foi à toa que escolhemos este tema: “*A Importância da Defensoria Pública para garantir o acesso à justiça*”. Por quê? Vejam, tal tema sai um pouco



do corporativismo de pensar somente na Defensoria Pública pelos defensores públicos e passa a ver a Defensoria Pública pelo público alvo que é o povo.

Então, para nós, é gratificante demais ver o plenário cheio de representantes da sociedade, ver as pessoas para quem trabalhamos, ver as pessoas por quem existimos e, claro, com certeza, os colegas defensores públicos. Então, esta união, entre nós e o povo, faz com que, cada dia mais, os representantes dos poderes percebam que precisamos e muito ainda crescer para garantir o acesso à Justiça.

Somente os Estados Democráticos de Direito têm acesso à Justiça como direito fundamental. O acesso à Justiça confere garantia aos direitos básicos da cidadania. Esses direitos – previstos na Constituição feita pelos deputados federais e estaduais – precisam ser aplicados. E esses direitos são aplicados para todos? Infelizmente, não.

No caso do Brasil, mais específico na Bahia, onde os níveis de desigualdades sociais e concentração de renda são uma realidade cruel, a questão do acesso à Justiça aos carentes – maioria infelizmente da população – é condição primordial para a efetivação dos direitos previstos nos regimes democráticos.

O alcance desse direito à maioria da nossa população somente será alcançado com o fortalecimento e ampliação da Defensoria Pública. Trazendo mais precisamente para a nossa Defensoria Pública da Bahia, como falaram as pessoas que me antecederam, a exemplo do deputado que conhece bem em números e qualidade, pois ele sabe que nós temos, hoje, a presença da Defensoria Pública somente em 25 cidades da Bahia. O tamanho da Bahia é grande. O tamanho deste estado é carente. E nós não conseguimos alcançar nem 10% das cidades.

Só por esse número, percebemos quão desassistido está o povo carente da Bahia. Vivemos em um Estado Democrático de Direito. Se nós vivemos em um Estado Democrático de Direito e nós não garantimos esses direitos, alguma coisa está errada. E se está errado, precisamos enxergar e tentar fazer diferente.

Esta sessão especial, feita nesta Casa do povo e com o povo, demonstra que estamos no caminho certo. Precisamos continuar nesta luta pedindo ajuda aos deputados e ao governo. E o povo mostrará, também, que isso precisa ser feito. Vejam, não é possível que



somente – vamos dizer assim – os escolhidos tenham acesso à Justiça. Infelizmente, a Defensoria não tem como dar acesso a todos os cidadãos que merecem e que precisam ter os seus direitos garantidos.

Nós só podemos “escolher” – entre aspas – porque não é uma escolha, mas uma necessidade, só temos essa quantidade pequena, são 231 defensores públicos, por isso essa pequena quantidade de assistidos.

Temos, hoje, em andamento um concurso público, com um pouco mais de 100 aprovados. Foram nomeados 40, mas 11 foram reposições de colegas que se aposentaram e somente 29 cargos foram preenchidos.

É muito pouco para a dimensão do nosso Estado, para a dimensão dos direitos que precisam ser garantidos. Como a ouvidora falou, a Dr^a Vitória falou, o deputado falou, e todo mundo sabe, isso é pouco ainda. Se chamarmos todos os aprovados, mesmo assim não vamos conseguir trazer o acesso à Justiça para todos. Primeiro, sempre há uma dificuldade, quando há um concurso público, de preencher os cargos. Por que será isso? Será que o Estado acusador tem a força de fazer um concurso e todos os promotores serem chamados, com os juízes da mesma forma, e o Estado defensor tem essa dificuldade? Precisamos refletir. Isso está certo? Não está certo. Isso não pode mais acontecer.

Então é preciso que todos os aprovados sejam chamados, outro concurso seja aberto, sejam providos todos os cargos hoje previstos, que ainda está com defasagem. Segundo a pesquisa do IPEA, precisaríamos hoje para dar uma condição boa de atendimento aos carentes, não a todos, mas das pessoas que ganham até três salários mínimos, de 1.000 defensores públicos, mas só temos 231. Até a nossa lei que prevê em torno de 580 e poucos cargos está defasada. Eu acredito que até os 1.000 defensores não seria o ideal para que a gente garanta todos os direitos previstos na Constituição e em outras leis do País.

Como eu disse antes, o processo de produção das leis, que é feito na Casa do Povo, a Casa de vocês, se dá de forma democrática, os representantes do povo elaboram as leis, elaboram o direito. Mas não adianta nada assegurar a observância do processo democrático na fase de produção do direito, como fazem V.Ex^{as} deputados, se as autoridades encarregadas de interpretar essas leis e executá-las não estiverem comprometidas com a realização da



vontade popular. E é nesse ponto aí que é essencial a atuação dos defensores públicos. E, mesmo com pouca quantidade, no quesito qualidade, temos excelência na qualidade. Infelizmente, não pudemos ainda juntar as duas coisas. Mas, sem falsa modéstia, garanto a vocês que o trabalho, mesmo sendo extremamente sobrecarregado e extenuante, a qualidade do serviço é garantida. Não conseguimos unir as duas coisas, mas tenho certeza de que em breve conseguiremos.

Os comportamentos que até então eram tolerados antes... Hoje, os reclames da classe menos favorecida estão sendo acolhidos e essa classe passou a ser protegida em níveis constitucionais. Então, o povo já conseguiu colocar, na teoria, a garantia dos seus direitos. Precisamos colocar agora isso na prática. E a ampliação da Defensoria Pública e o seu fortalecimento, com certeza, é que vão garantir a atuação desses homens e mulheres que estão aqui presentes. E se dedicam inteiramente a proteger com a atuação destemida e com qualidade, eu garanto, a defesa dos não protegidos. Então, precisamos, sim, e isso não sou eu quem está dizendo, até a própria Organização dos Estados Americanos, na semana passada, aprovou, numa reunião com 35 países, estando presentes alguns presidentes desses países e chanceleres, por unanimidade uma nova resolução – não é a primeira- sobre o fortalecimento, ampliação e autonomia da Defensoria Pública no continente americano. Isso não está previsto só aqui entre nós, isso é o reconhecimento dos Estados americanos, além Brasil. Nós precisamos perceber que nós somos a importância da Defensoria Pública, que já está sendo vista inclusive nos países chamados ricos, como os Estados Unidos.

Nessa resolução destaca-se, além da ampliação e do fortalecimento, a independência e a autonomia financeira, orçamentária e funcional.

Temos hoje prevista na Constituição uma autonomia, mas ainda não é verdadeira. Não temos ainda toda a autonomia que é preciso para se fortalecer. Por exemplo, deputados - já peço a ajuda dos senhores -, não temos a autonomia de iniciativa de lei, como tem o Ministério Público Judiciário. Precisamos ainda passar pelo Executivo para que nossas leis cheguem até os senhores. (Palmas!) E todas as vezes que nossas leis chegaram a esta Casa tivemos apoio dos deputados, mas não é fácil elas chegarem até aqui. Então, nós temos hoje dois projetos que infelizmente não chegaram a esta Assembleia. Já conversamos com os



deputados, e tenho certeza de que no momento em que chegarem as leis serão aprovadas, porque V.Ex^{as} reconhecem a importância da Defensoria.

Temos dois projetos que ainda estão no Executivo. Um é o da criação de cargos e salários dos servidores. Nós não temos sequer um servidor público na Defensoria Pública. Temos poucos defensores, e servidor nenhum. Existe um projeto de lei que está em andamento e em breve vai chegar aqui para criar os cargos e salários.

Desde já, peço o apoio dos deputados para que ajudem a chegar até aqui. Sei que os senhores podem ajudar a gente no Executivo. E, quando esses projetos chegarem ao Legislativo, V.Ex^{as} ajudem, porque a população precisa de um atendimento digno. Mas não temos sequer o primeiro acesso, que é o servidor, para que depois passe ao defensor. Não temos esse tratamento de qualidade para o assistido da Defensoria Pública.

Como falei, temos também um outro projeto de lei, o segundo, superimportante para a Defensoria Pública. Ele reclassifica as Comarcas. Já passou por aqui, encaminhado pelo Ministério Público em primeiro lugar, diretamente, porque ele tem iniciativa de lei. E foi aprovado pela Assembleia. O do Judiciário, igualmente. E nós, que atuamos junto com os promotores e juizes, não temos ainda a nossa lei aprovada. Isso está causando um problema enorme tanto para o defensor quanto para a administração. Como se trabalha com um juiz e um promotor que teve a sua lei já aprovada e a Defensoria Pública não?

Então, já peço daqui o apoio de todos os senhores para que num primeiro passo pressionem. Principalmente os deputados que são da base do governo, peçam para que esse projeto chegue logo aqui, porque, quando chegar, tenho certeza que contaremos com a ajuda dos senhores para que seja aprovado.

Para terminar - não vou me estender -, quero parabenizar os meus colegas defensores públicos. Estamos nesta sessão especial hoje comemorando o Dia da Defensoria Pública. Parabenizo-os e clamo para que jamais esqueçamos dos ideais que nos fizeram abraçar a carreira de defensor público e continuemos sempre buscando transformar o sonho de milhares de baianos em realidade, ajudando a concretizar os direitos que estão previstos na teoria mas precisam ser colocados na prática.

Muito obrigada a todos. E feliz Dia do Defensor Público! (Palmas!)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pela oradora.)



DL-02

Ses. Esp. 13/06/13

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Gostaria de anunciar a visita dos estudantes da Escola Municipal Vida Nova, de Lauro de Freitas, presentes aqui à Assembleia Legislativa.

Quero informar também que neste ano pretendemos implantar o Parlamento Jovem. Houve uma resolução aprovada em 2007, e a Comissão de Educação já está discutindo como implementá-lo. A nossa expectativa é que ainda em 2013 consigamos eleger os 63 deputados jovens que vão assumir e aprovar os seus projetos nesta Casa. Então, envolve todo o Estado essa discussão. E é importante as escolas participarem do processo.

Quero ainda registrar que a deputada Alice Portugal não pôde comparecer, mas mandou uma mensagem.

(Lê) *“Excelentíssimo Sr.*

Álvaro Gomes

Deputado Estadual - PCdoB Bahia.

Excelentíssimo Deputado,

Acuso com muita honra o recebimento do convite para a Sessão Especial para debater a importância da Defensoria Pública na garantia do acesso à Justiça para a população carente. Embora fosse meu desejo estar presente a esta audiência, compromissos assumidos anteriormente em Brasília impedem minha viagem a Salvador nessa data.

Tenho a convicção que essa sessão em homenagem ao Dia Nacional do Defensor Público, comemorado no último dia 19 de maio, será um poderoso instrumento de luta pela garantia de uma quantidade mais expressiva de defensores para atender a demanda da população carente do Estado. Faço questão de lembrar, que o número de defensores públicos atuantes no Estado da Bahia está muito aquém do mínimo necessário, tampouco do ideal, por isso parablenzo Vossa Excelência pela importante iniciativa de realização dessa sessão.



Encareço que transmita aos presentes meus votos de pleno sucesso desta sessão e reafirmo que é muito importante aproveitar esse espaço de debate para fortalecer o papel da Defensoria Pública em nosso Estado.

Cordialmente,

Alice Portugal

Deputada Federal.” (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Quero anunciar também a presença de Teresa Cristina, que foi defensora pública geral e presidente da Associação dos Defensores; Laura Fabíola, foi presidente da Associação dos Defensores; Hélia Barbosa, que está aqui na mesa, também foi defensora pública geral e outros defensores presentes nesta sessão especial.



5714-III

Ses. Esp. 13/06/13

Or. Matheus de Oliveira

Comemoração ao Dia Nacional do Defensor Público.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Convido para fazer uso da palavra Dr. Mateus de Oliveira, representando aqui a OAB.

O Sr. MATHEUS DE OLIVEIRA:- Bom-dia a todos.

Estou aqui representando o presidente da OAB e a instituição, Luiz Viana Queiroz, quero saudar o proponente da sessão, deputado Álvaro Gomes; Sr. Procurador Geral do Estado, Rui Moraes Cruz, representando o Governador Jaques Wagner; a Sr^a Defensora Pública Geral; Vitória Bandeira; o Sr. Deputado Augusto Castro; a Sr^a Presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, Soraia Ramos; Sr^a Ouvidora da Defensoria Pública, Tânia Palma; Sr. Defensor Público Cláudio Piansky, representante da presidência da Associação dos Defensores Públicos Nacional e a Sr^a Presidente da Associação de Juízes e Promotores e Defensores Públicos da Infância, Hélia Barbosa.

O papel da OAB tem sido muito criticado, porque temos buscado junto ao Judiciário tentar auxiliar para a melhoria da prestação de serviço do Judiciário. A Defensoria Pública também faz parte desse conjunto de instituições que compõem o Poder Judiciário: Defensoria Pública, Ministério Público, OAB e o Tribunal de Justiça. Estamos numa fase muito difícil, a situação da Justiça na Bahia, todos sabem, e a OAB tem buscado fazer o diagnóstico, que entregamos agora no início do ano, e estamos fazendo outros levantamentos da situação do Judiciário.

Recentemente tivemos uma reunião do colégio de presidentes, no Sheraton, aqui em Salvador, e foi aprovado lá que a OAB apoia os defensores públicos nessas reivindicações, quando vocês têm buscado a ampliação desses serviços que são essenciais. O Estado não pode se dar ao luxo de fazer o que está acontecendo naquele mapa lá fora. As pessoas que moram no Extremo-Oeste ou do Centro para o Oeste não têm defensoria pública, e contam conosco, os advogados, muitas vezes fazendo as defesas e alguns juízes inclusive condenam honorários dativos, chamados defensores dativos, e o Estado muitas vezes se



negue, na verdade ele se nega a pagar. Estamos em conversação com o governador, também solicitamos aqui aos deputados o apoio, porque há muitos advogados, inclusive outros defensores, colegas de vocês que já foram advogados, exerceram por muito tempo a advocacia dativa e nunca receberam esses honorários. São profissionais, também, que na falta do defensor público, ou muitas vezes até onde tenha um defensor público para cuidar de uma população, ele não dá conta, vocês fazem mágica.

Eu sou amigo de defensores públicos, conheço a instituição e, realmente, é muito difícil o trabalho de vocês, porque vocês são cobrados como se tivessem uma estrutura funcionando, perfeita, a sociedade exigindo de um lado, o governo do outro e vocês no meio, é a briga entre o rochedo e o mar, e vocês são o siri, no meio. É muito difícil.

Mas, a OAB está a favor de vocês, queremos convocar a Defensoria, os representantes da Defensoria para que se aproximem mais da OAB, procurem o Luís Viana, procurem a gente lá, eu sou membro da Comissão de Prerrogativas da OAB e a gente vai estar junto com vocês nessa luta. O deputado Álvaro Gomes, como outros deputados também, e o que a gente puder fazer, a OAB como instituição, ela vai estar a favor de vocês para que haja a convocação dos defensores que foram aprovados no concurso, mais concurso para defensores.

E solicitamos de vocês também esse apoio onde não há defensores e os advogados estejam prestando serviços onde deveriam ter esses defensores, ou caso o advogado seja convocado, também seja apoiado, para que o advogado tenha o retorno pelo trabalho que ele fez. É justo, não pode é a população ficar sem defesa. Um Estado tão aparelhado com o Judiciário, com o Ministério Público, que é importante ter, tem que ter fiscalização, tem que ter julgamento, mas tem que ter defesa, afinal vivemos num Estado democrático de direito.

Quero agradecer a todos e muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-03

Ses. Esp. 13/06/13

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Recebemos também aqui a saudação do deputado Yulo Oiticica, parabenizando os defensores públicos: “ *Uma Defensoria forte é pré-requisito para a garantia dos direitos humanos. Vida longa a essa instituição que orgulha todos nós. Deputado Yulo Oiticica - 1º vice-presidente da Assembleia Legislativa*”.

Recebemos também a mensagem da Senadora Lídice da Mata que passo a ler.

(Lê) “*Senhor Presidente, congratulo-me com os defensores públicos brasileiros, e em especial do nosso estado, pelo Dia Nacional do Defensor Público, que a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia comemora com esta Sessão Especial requerida pelo deputado Álvaro Gornes, iniciativa a qual me associo e parabenizo.*

Saúdo os componentes da mesa, o senhor presidente deputado Marcelo Nilo, senhoras deputadas e senhores deputados dessa Casa Legislativa, a defensora pública geral do Estado da Bahia, Dra. Vitória Beltrão Bandeira, demais participantes desta justa e oportuna homenagem ao Defensor Público.

Em um país como o nosso, que apresenta enorme desigualdade social, a Defensoria Pública constitui-se em um órgão essencial a Justiça, assim reconhecido pela Constituição Federal de 1988, possibilitando a população carente o direito de acesso a Justiça, o mais fundamental dos direitos.

O inestimável serviço prestado a sociedade pela Defensoria Pública, voltado para a população carente, torna esse órgão merecedor de todas as homenagens e do nosso respeito.

Lídice da Mata

Senadora Lídice da Mata”. (Palmas)



5715-III

Ses. Esp. 13/06/13

Or. Cláudio Piansky

Comemoração ao Dia Nacional do Defensor Público.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao Dr. Cláudio Piansky, representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos.

O Sr. CLÁUDIO PIANSKY:- Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do deputado Álvaro Gomes, presidente desta sessão e autor do requerimento desta sessão especial que nos homenageia, homenageia o Dia do Defensor Público.

Cumprimentar o Sr. Procurador-Geral do Estado, Dr. Rui Moraes, que tivemos tantas idas e vindas, ao longo de 2010, 2011, Dr. Rui, nossos cumprimentos aqui representando o Exmº Sr. Governador do Estado; cumprimentar a Exmª Srª Defensora Pública-Geral, Drª Vitória Bandeira; cumprimentar a nossa colega e presidente da Associação dos Defensores Públicos, Drª Soraia Ramos; a nossa Ouvidora-Geral, Drª Tânia Palma; o representante da OAB, Dr. Matheus Brito; a Drª Hélia Barbosa, representando a Associação Brasileira de Magistrados; promotores; defensores públicos da Infância e Juventude; cumprimentar os nossos colegas da sociedade civil.

(Lê) *“Inicialmente, quero trazer os cumprimentos da nossa presidente, Drª Patricia Kettermanm, que não pôde vir em função de estar participando, desde o início desta semana, do seminário 'Defensoria Pública e Pessoas Privadas de Liberdade', evento promovido pela Associação Interamericana de Defensorias Públicas – Aidef, que está ocorrendo na Guatemala”.*

Quanto ao tema aqui proposto, a importância da Defensoria Pública para garantia do acesso a Justiça, foi muito feliz a escolha desse tema, deputado.

(Lê) *“A compreensão desse tema já foi assimilada pelo Poder Legislativo, e não falo somente em relação a esta Casa, mas também em relação ao nosso Parlamento, em nível nacional, inicialmente, com a promulgação da Constituição de 1988, que galgou a instituição a status constitucional, e, posteriores, com reformas constitucionais e*



infraconstitucionais, especialmente com a EC 545/2004, que concedeu autonomia à Defensoria.

Posteriormente, numa ação mais ampla, o fortalecimento da Defensoria Pública foi considerado indispensável como fito de democratizar o acesso à Justiça, ao ser estabelecido como meta do II Pacto Republicano de Estado – por um sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo – assinado em 2009 pelos chefes dos três Poderes da República. (Executivo, Legislativo, Judiciário)

A Defensoria Pública, sem dúvida, é um importante instrumento para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, assim também reconhecida na I Conferência Nacional de Segurança Pública, realizada no mês de agosto de 2008, que aprovou a diretriz de fortalecimento da instituição como instrumento viabilizador do acesso universal a Justiça e defesa das pessoas carentes.

Entretanto, dados do III Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, promovido pela Secretaria de Reforma do Judiciário, demonstram a importância da Defensoria Pública para a população, a exemplo do número de atendimentos, que aumentou 45,17% entre os anos de 2006 a 2008, mesmo que nesse período o número de defensores tenha crescido apenas 4,48%.

É certo que a atual gestão do Poder Executivo melhorou a Defensoria Pública, como bem disse o deputado Álvaro Gomes, especialmente no seu primeiro mandato, entretanto, a sociedade, ao tomar cada vez mais consciência do papel institucional e dos seus direitos, continua a reclamar pela ampliação do serviço defensorial, sendo indispensável que o ritmo de estruturação da Defensoria Pública seja ao menos mantido, neste segundo mandato, igual ao do primeiro, especialmente diante dos seguintes fatos; que passo a colocar – alguns dele já foram adiantados pela presidente da Associação.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, consubstanciados no Mapa da Defensoria Pública no Brasil, divulgados em maio pretérito deste ano, dão conta de que na Bahia, por exemplo, os 231 defensores atendem menos de 9% das comarcas, o que torna o nosso Estado com o 5º pior índice do País, perdendo apenas para o Amazonas,



Goiás, Paraná, e Santa Catarina, sendo que nestes três últimos a Defensoria ainda não foi implantada.

O IPEA considera a proporção de 10 mil pessoas com até três salários mínimos por defensor público como um parâmetro que as defensorias públicas devem perseguir para conseguir prestar um serviço público de qualidade.

Nesse passo, é possível estimar a quantidade mínima de defensores necessários nos Estados e, conseqüentemente, o déficit atual de provimento de cargos.

Diante dessa proporção, a Bahia é elevada, negativamente, a um dos maiores déficits em números absolutos – 1.015 vagas não preenchidas.

É certo que esse ideal de proporção populacional pode ser muito difícil de atingir, mas, segundo dados do mesmo estudo do IPEA, se considerarmos a faixa de 10 mil a 15 mil pessoas com até três salários mínimos por defensor público, esse déficit ainda seria de 643 vagas no nosso Estado, além do que está previsto na nossa legislação.

Cabe ressaltar, que a LODPE prevê 583 cargos, e, até hoje, menos da metade (apenas 231, 39%) estão providos, sendo que existe um concurso de 2011, que foi prorrogado na data...” de ontem, com 164 aprovados.

Insta mencionar que a atuação da Defensoria Públicas, por sua vez, não se restringe às varas judiciais.

Com efeito, de acordo com a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (Lei Complementar nº 80 de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 132, de 2009), cabe também a Defensoria Pública:

- prestar, orientação jurídica;
- promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando a composição entre as pessoas em conflito de interesses por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;
- prestar atendimento interdisciplinar por meio de órgãos ou de servidores de suas carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;



- representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus Órgãos;

e, ainda, promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

Esse amplo espectro de formas de atuação extrajudicial justifica, inclusive, o planejamento de um quadro de pessoal que preveja mais do que um defensor público por órgão jurisdicional.

Como se vê, o espectro de atuação Defensorial torna a instituição dotada de suma importância como garantidora do acesso a justiça entendimento este já fortemente enraizado na legislação pátria, necessitando tão somente de atuação mais efetiva por parte do Poder Executivo para que o cidadão tenha um serviço de melhor qualidade, aqui colocada não no sentido da qualificação do corpo institucional, mas na maior capilaridade do serviço defensorial, ao que peço a esta Casa, que sempre foi parceira da instituição, intercessão junto ao Governo do Estado a fim de que possam ser nomeados todos os aprovados no último concurso.”

Além do que sejam remetidos a esta Casa os projetos de lei relativos ao quadro de pessoal da Defensoria Pública que se encontram em trâmite dentro do Executivo, bem como as leis que estão reestruturando a nossa Lei Orgânica. Tanto no sentido da adequação à nova realidade da organização estrutural do Poder Judiciário quanto da modernização em adequação à Lei 132/96.

E para finalizar, gostaria de trazer a opinião do último ministro nomeado. O ministro Luís Roberto Barroso, quando foi sabatinado para a nomeação do cargo. Apenas o que ele falou a respeito da Defensoria: (Lê) “Acho que a Defensoria Pública é uma função essencial a Justiça. Eu mesmo sou advogado institucional da Defensoria, na busca de obtenção de autonomia da Defensoria Pública da União - era, agora já não poderei mais ser -, e acho que, num País em que, como dizem, 50% da população é pobre, se a Defensoria Pública não for eficiente, os pobres serão bem acusados por um Ministério Público muito



aparelhado e mal defendidos sem paridade de armas, o que seria o pior dos mundos. De modo que eu, sem querer fazer reivindicação salarial nem sindical para a categoria, acho que a elevação da Defensoria Pública ao mesmo status de outras carreiras faz todo o sentido e é coerente com um discurso que busca justiça social e igualdade entre pobres e ricos.”

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5716-III

Ses. Esp. 13/06/13

Or. Hélia Barbosa

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra a Dr^a Hélia Barbosa, presidente da Associação de Juízes Promotores e Defensores.

A Sr^a HÉLIA BARBOSA:- Bom-dia a todos.

Sr. Presidente deputado Álvaro Gomes, ao cumprimentar V.Ex^a e agradecer por essa iniciativa de nos brindar hoje com esta sessão especial, tão merecida, peço-lhe permissão para que eu possa cumprimentar todos os nobres representantes, aqui nesta augusta Mesa, na pessoa da maior autoridade da nossa instituição presente, nossa defensora pública-geral, Dr^a Vitória Bandeira Beltrão. Mas também quero cumprimentar todas as instituições aqui representadas, os demais deputados, a nossa querida Maria del Carmen que tanto tem se empenhado em nossa defesa. Não posso esquecer de cumprimentar o nosso egrégio Conselho Superior e os dignos conselheiros, a nossa corregedora, o sub-corregedor e todos os colegas presentes nesta sessão.

Enquanto representante da Associação Nacional dos Magistrados, Promotores de Justiça, Defensores Públicos da Infância e da Juventude -ABMP-, senti-me muito honrada por ter sido chamada para fazer parte da Mesa porque a ABMP vem defendendo sempre, não só as demais instituições que a compõe, mas, especialmente, a Defensoria Pública. E o último ato dela foi quando se manifestou em relação ao veto à autonomia financeira e a independência da Defensoria Pública em nível nacional. Isso fizemos com muita honradez em conjunto com todos os representantes das três instituições. Estaremos sempre vigilantes porque a missão dessa instituição é, cada vez mais, garantir a democratização do acesso das crianças, adolescentes e das famílias à Justiça com qualidade.

Na verdade, eu não estava preparada. Mas há algumas questões que eu gostaria de ressaltar nesse momento no qual fico lembrando, deputado, da história, da caminhada da Defensoria Pública nesta Casa. Esta Casa é parte da Defensoria e a Defensoria é parte desta Casa. Foi uma luta muito grande para o alcance da nossa independência, não que isso seja de todo inaceitável, mas, até o momento, foi importante enquanto órgão que crescia em termos



de Constituição Federal, institucionalizada, e ainda permanecia atrelada à uma secretaria de governo.

Então o rompimento com o vínculo com a Secretaria da Justiça, cortar aquele cordão umbilical, foi um momento de euforia nesta Casa com muitas sessões, e V.Ex^a sabe disso. Fomos ovacionados aqui pela luta cotidiana, pela determinação, muito encaminhado pela Dra. Tereza, de adentrarmos constantemente, cotidianamente, nos gabinetes, para pedir que a autonomia garantida na emenda 4584 fosse assegurada na nossa Carta Política estadual e, depois, a nossa Lei Orgânica. Então foi muita luta.

Aliás, os Direitos Humanos não foram achados, foram construídos. E nós sempre estivemos e vamos continuar lutando, principalmente nesta Casa. E eu gostaria de conclamar todos os colegas para, além de tudo que já foi dito aqui, para continuarmos nessa peregrinação seguindo as palavras da nossa ouvidora, da importância porque temos projetos aqui tramitando e outros interesses a serem discutidos.

Mas queria lembrar que as defensoras e os defensores públicos são agentes políticos de transformação social, política e econômica, porque a medida em que atuamos na defesa dos interesses e dos direitos das pessoas necessitadas economicamente que são os nossos assistidos e que eles estejam, na sua maioria, na condição de pauperização, a medida que os seus direitos são ameaçados, violados, ou não são garantidos, e nós estamos ali vigilantes, intransigentes na defesa das pessoas, estamos também defendendo economicamente essa sociedade tão necessitada de um acesso à Justiça com mais democratização. E isso só é possível, senhores colegas, se nós, já foi muito bem dito aqui, tivermos uma Defensoria forte, estruturada. Porque eu também quero ressaltar as suas palavras, colega Soraia, e agradeço pela parte que nos toca, porque não é um problema de competência, outrora sim. Há muito tempo, quando se tinha a concepção de que ser defensor público, aliás, ainda não tinha essa nomenclatura, eram os defensores dos pobres pejorativamente. Passa-se uma nova concepção, com o processo de democratização deste país, que nós somos os defensores das cidadãs e dos cidadãos. É uma concepção bastante diferenciada. Isso nos leva a interpretar dessa forma, porque é um direito do cidadão o acesso à Justiça, a democratização do acesso à Justiça, a humanização do acesso à Justiça, é um



direito de todo cidadão e cidadã e dever do Estado. Isso é constitucional. Somos um órgão essencial permanente à administração da Justiça. Por isso não tem como tolerar que haja diferença no tratamento, na infraestrutura, nas garantias funcionais, na autonomia funcional e financeira – porque sem essa a nossa autonomia fica pela metade – e na nossa autonomia de iniciativa legislativa, como também já foi dito aqui, se não chegarmos ao mesmo nível, ao mesmo patamar de reconhecimento das demais instâncias que integram as carreiras jurídicas, notadamente o Poder Judiciário e Ministério Público. Porque na hora do processo, na hora em que se instaura uma demanda e que há uma solução de um conflito, a Defensoria não pode prescindir desse trabalho a essa camada dessa sociedade que é assistida pela Defensoria Pública. E como também foi dito aqui, esse é um reconhecimento que vem crescendo ao nível de países da Europa e de outros países das Américas, porque o Brasil é único em ter criado essa instituição em sede constitucional.

Diante do adiantado da hora, na verdade, só temos a agradecer a esta Casa, agradecer e parabenizar principalmente todos os colegas aqui presentes e ausentes, a todos os defensores públicos deste País. Porque enquanto agente de transformação política, o nosso papel é sagrado. Considero ser defensora pública algo muito divino na minha vida, muito aprendi enquanto defensora pública e sei que vou aprender muito mais. Agradeço a todos vocês por terem contribuído nesse meu aprendizado.

Muito obrigada a todas. Parabenizo a todos, a nossa defensora pública geral, desejando, em nome da ABMP, uma profícua gestão e que encontremos equilíbrio nas nossas discussões, nas nossas decisões, porque precisamos estar unidos e fortes para alcançarmos os resultados das nossas pretensões aqui manifestadas.

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



5717-III

Ses. Esp. 13/06/13

Or. Rui Moraes Cruz

Comemoração ao Dia Nacional do Defensor Público.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Estamos chegando ao final desta sessão especial. Ouviremos o último orador da Mesa, o Dr. Rui Cruz, representando o governador, depois vamos abrir para o Plenário. Para nos organizarmos, queria ter a ideia de quantas pessoas pretendem falar além da Dr^a Laura e da deputada Maria del Carmen.

Ouviremos primeiro o Dr. Rui e depois uma mensagem rápida dos três oradores inscritos que terão 3 minutos para fazerem sua saudação.

Vamos ouvir agora o Dr. Rui. Como ele está falando em nome do governador e precisamos do governador para nomear os novos concursados e também ceder a sede, tem o tempo inteiro para falar, até uma hora, duas, o tempo que quiser.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o Sr. Rui Moraes Cruz.

O Sr. RUI MORAES CRUZ:- Bom-dia a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa, inicialmente na pessoa do deputado Álvaro Gomes, sempre sensível às questões relativas às instituições responsáveis por essa atividade tão relevante para o Estado, as questões que interessam às carreiras que são essenciais à justiça; falar na nossa Constituição Federal, cumprimentar também a nossa defensora pública-geral, Dr^a Vitória Bandeira; Dr^a Hélia Barbosa, prazer em vê-la; a nossa presidente da Associação, a Dr^a Soraia, representante da OAB; Dr. Mateus, representando aqui o nosso presidente, Dr. Luiz Viana, com muita honra, colega também da Procuradoria-Geral do Estado.

Cumprimentar os defensores públicos presentes nessa comemoração, sei que foi há alguns dias atrás, mas a comemoração pode ser perfeitamente estendida; nossa combatente das causas populares, deputada Maria del Carmen, servidores da Defensoria Pública, representantes da sociedade civil presente, creio que esses momentos são momentos de celebração. Claro, temos muito que celebrar e comemorar esses momentos de encontro, de conagração, mas também esses momentos sempre propiciam reflexão sobre o nosso papel, nossa atividade e nossas instituições. É um momento propício, rico para isso.



Creio que a Defensoria Pública do Estado da Bahia tem muito a comemorar pelo que obteve, que conquistou nos últimos anos, não só pela sensibilidade do governo, pela pressão social mas fundamentalmente pelo empenho, pela dedicação dos gestores da instituição. Eu, por força do cargo, tenho acompanhado mais de perto nos últimos anos as gestões da amiga Teresa Cristina, da Dr^a Célia, hoje sob o comando da Dr^a Vitória. Sei do esforço, do empenho de todos os gestores da Defensoria, da entidade de classe. Tenho acompanhado também o trabalho intenso desenvolvido pelos dirigentes da associação, Dr^a. Laura, aqui presente; Dr. Cláudio, agora Dr^a Soraia. Em função disso se obteve as conquistas até agora, mas claro que há ainda grandes desafios, que não são inclusive específicos e exclusivos da Defensoria Pública.

Devo dizer que esse esforço das instituições de um modo geral principalmente as ligadas ao Poder Judiciário, é um esforço constante. Falo também aqui em nome da Procuradoria-Geral, essa instituição que, posso dizer irmã da Defensoria, embora eventualmente estejamos em polos opostos nas ações judiciais, mas cada qual exercendo o seu papel institucional.

Como eu disse, são desafios que também se estendem a outras instituições. É o desafio de ser dotado de um orçamento que corresponda às necessidades do órgão, o reforço do quadro, o desafio de interiorizar a ação dessas instituições, como é importante a interiorização da Defensoria Pública-Geral como também é importante a interiorização do trabalho da Procuradoria-Geral. A importância hoje de termos, por exemplo, um quadro técnico de apoio a uma demanda que, creio, ser comum a todas as instituições, é algo absolutamente necessário hoje para o exercício de nossas atividades. Essa estrutura de apoio, de assessoramento, esse apoio técnico tão indispensável a nossa atuação, pela multiplicidade de coisas que hoje estão ao nosso encargo, pela multiplicidade diária que nós atendemos, torna-se realmente impossível o trabalho apenas individual sem essa estrutura administrativa de apoio.

Creio que seja também uma demanda importante da Defensoria, como também é das outras instituições. Esses desafios não devem servir de desânimo mas, pelo contrário, de estímulo a todos nós para prosseguirmos na luta.



O apoio nosso, pessoal, foi sempre constante à Defensoria Pública para obter, junto ao governo do Estado, os meios necessários para que as demandas sejam atendidas. Creio que há uma sensibilidade governamental para isso.

Mas todos sabemos que a Bahia é um Estado que, infelizmente, detém um orçamento aquém de suas necessidades. Como sempre diz o governador: “O orçamento *per capita* da Bahia, hoje, é um dos menores do País”. Talvez seja o segundo ou o terceiro menor do País. Isto, sem dúvida, dificulta muito a atuação do Estado em suas várias frentes. Mas a demanda por espaço orçamentário é legítima e tem de ser levada sempre à discussão. Creio que este espaço será conquistado. Então, eu me irmano a vocês nestas reivindicações e demandas.

Sabemos ser fundamental o reforço da atividade de jurisdicional do Estado para promover, realmente, a efetivação de um Estado Democrático de Direito. Há outras situações hoje. E vejo que a Defensoria tem acompanhado esta dinâmica social. Por exemplo, você transitar do tratamento do mero conflito interindividual para o transindividual. Há áreas que estão abertas para atuação e exigem a atuação de instituições como a Defensoria. Podemos citar uma delas: a questão fundiária, como já foi dito aqui. Vejo representantes do movimento social nesta área. E todos sabemos quão complexa é a questão fundiária, principalmente, nas grandes metrópoles do País.

A deputada Maria del Carmen conhece bem essa problemática, pois já foi uma brilhante dirigente da Conder e tem um papel muito importante nessa área. É um espaço muito importante de atuação, como são também as questões ligadas à assistência à saúde. A própria questão prisional é de extrema complexidade no País e demanda um tratamento coletivo.

No entanto, a ação individual é cada vez menos relevante e cada vez menos necessária para o enfrentamento dessas questões, sendo importante o tratamento de forma coletiva. Creio que a Defensoria tem papel fundamental e muito relevante nesta área.

Penso que os nossos oradores anteriores já disseram o bastante sobre o papel, a importância e o cenário que a Defensoria, hoje, encara e enfrenta e quais são as suas necessidades futuras. Saibam todos que estou irmanado com vocês nessas demandas.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

Creio que os defensores públicos do Estado da Bahia têm, realmente, o que comemorar, mas também existem esses grandes desafios pela frente. Mas do que isso: sei que eles podem se orgulhar, com certeza, da função que exercem e da instituição à qual integram.

São estas as minhas palavras. Parabéns! Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5718-III

Ses. Esp. 13/06/13

Or. Maria del Carmen

Comemoração ao Dia Nacional do Defensor Público.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Anuncio as presenças de Idelmário Proença, um dos coordenadores do MSTs, Movimento dos Sem Teto de Salvador; algumas entidades como o Sindicato dos Bancários; Federação dos Bancários; Sr^a Verena Souto, integrante da direção IAPAZ – Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social.

Terminada a etapa de pronunciamentos da Mesa, passaremos a palavra ao Plenário.

Com a palavra à deputada Maria del Carmen; depois, a Dr^a Laura; e Rita, representante dos sem-teto de Salvador.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Inicio as minha palavras cumprimentando a todos e a todas que, ainda, continuam conosco nesta manhã. Saúdo o deputado Álvaro Gomes, autor da proposta de realização desta Sessão Especial e que a preside. Parabenizo-o pela iniciativa por realizar este ato mostrando a importância mas, principalmente, comemorando com os defensores públicos esse dia a eles dedicado, mas também um dia de avaliação de todo papel, de todo trabalho realizado por essa Defensoria, o qual já acompanhamos há muito e de perto.

Saúdo nossa defensora geral, Dr^a Vitória; o nosso representante do governador, procurador-geral do Estado, Rui Cruz, amigo e companheiro, valoroso na defesa dos interesses do Estado da Bahia; a presidenta da Associação, Dr^a Soraia; companheira, amiga querida, auditora da Defensoria Pública, Tânia Palma. A Defensoria, ao escolhê-la, de fato fez uma escolha que representa os interesses da sociedade. Seu pronunciamento demonstra claramente seu comprometimento com esta população que precisa da ação da Defensoria.

Saúdo a minha amiga de longas datas, companheira de vários desafios, de momentos de alegria e tristeza na defesa, principalmente, da criança e do adolescente. Tivemos oportunidade de conviver muito de perto com a Dr^a Hélia naquele momento da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, tentando implantá-lo na Bahia, naquela ocasião, como secretária de Ação Social do Município de Salvador, ela no Cedeca,



depois toda a sua luta à frente da Defensoria. Parabenizo-a por toda essa trajetória que orgulha a Bahia.

Saúdo nosso presidente nacional, se não me engano, cheguei um pouco atrasada; e a cada um de vocês, senhoras e senhores defensores públicos. Quero homenagear o Dr. Gil, que não está mais aqui, estava. Me convocou hoje, pela manhã, quando cheguei, para dar presença, para estar aqui.

Quero cumprimentar todo o movimento social, em nome do companheiro Idelmário, um dos coordenadores do movimento de luta pela moradia de Salvador; Rita Sabadeli, que está aqui também nessa luta; demais companheiros dessa área. Cumprimento também a Dr^a Cristina.

Hoje se realiza reunião ordinária do Conselho Estadual das Cidades. Eu, como membro representante desta Casa no Conselho, não poderia deixar de estar na reunião, de onde tive que me ausentar para vir para cá.

Me associo a todas as palavras já colocadas pelos que me antecederam com relação à importância, ao papel determinante da Defensoria Pública na defesa do direito da cidadania, dos direitos humanos. Nós acompanhamos de perto a luta pela moradia, a luta pela garantia dos direitos de cada um e de cada uma. Estão aqui alguns dos representantes para melhorar suas condições de vida, para mudar a realidade da sua vida. Sabemos a importância que a Defensoria tem tido em todo esse processo, na luta pela criança e adolescente, na luta pelos direitos humanos, em todo momento em que a cidadania precisa ser defendida, precisa estar atuante, estando sempre presente.

Elogio e parabenizo cada um dos seus membros pelas conquistas que já foram alcançadas. A Defensoria era uma coordenação dentro da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, a Defensoria era o início de uma ação, e hoje demonstra a conquista do direito à cidadania. Se não houvesse essa luta para que ela se realizasse, não estaríamos hoje com a Defensoria, não ainda alcançando o papel necessário, como foi aqui colocado, com a extensão necessária em todo o Estado da Bahia para que possa, de fato, exercer essa função de forma plena, mas já com os avanços que foram mostrados e definidos aqui.



Quero me associar também e colocar o nosso mandato à disposição da luta da Defensoria Pública, da luta pela ampliação do seu alcance mas também deixar, aqui, o abraço e a disposição do deputado Nelson Pelegrino de continuar nessa luta. Ele não pôde estar aqui, está em Brasília, mas todos os defensores sabem da trajetória dele e do seu empenho na luta dos defensores públicos do Estado da Bahia. E não só dos defensores públicos do Estado da Bahia, durante toda a sua trajetória dos seus mandatos, mas também na defesa da Defensoria como instrumento da cidadania e dos direitos humanos.

Portanto, quero parabenizar a todos e dizer que cada vez que somos instados nas diversas caminhadas que fazemos pela Bahia, especialmente em Salvador, pelos diversos bairros onde a presença da Defensoria Pública se faz necessária, sempre tivemos e obtivemos desse órgão e dos seus membros uma resposta. Sempre disponíveis, ao lado, dispostos, mesmo com as dificuldades, em tender a tantos, precisando estar em tantos lugares ao mesmo tempo. Em nenhum momento, nós percebemos ou tivemos a certeza de que eles estavam ali apenas pela obrigação profissional, mas estavam ali também com o compromisso como cidadãos e com o compromisso com um objetivo maior de buscar, de fato, a justiça social.

Parabéns a todos os defensores da Bahia. Espero que nós possamos continuar comemorando, ano a ano, os avanços que são necessários. Sou mais uma que me uno nessa luta para que o nosso governador possa mandar os projetos necessários que, com certeza, terão o apoio de todos os deputados desta Casa. (Palmas) Não tenho dúvida de que a Defensoria Pública é entendida por todos os membros desta Casa, independente da questão ideológica ou político-partidária, mas todos, aqui, estão irmanados na mesma vontade de que a Defensoria Pública continue avançando, crescendo e que esteja presente em todos os quatro rincões deste Estado.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5719-III

Ses. Esp. 13/06/13

Or. Laura Faguri

Comemoração ao Dia Nacional do Defensor Público.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra a Laura Faguri, ex-presidente da Associação do Defensores Públicos.

A Sr^a LAURA FAGURI:- Boa tarde a todos. Deputado Álvaro Gomes, mais uma vez, muitíssimo obrigada pelo carinho e sensibilidade que V.Ex^a tem com a Defensoria Pública e com os defensores públicos. Não posso também deixar de agradecer, com muito carinho, a presença nesta sessão dos deputados: Maria del Carmen, Augusto Castro, Ângela Sousa e Marcelino Galo. Agradeço também aos meus queridos amigos do lado de cá, que são as pessoas que você não vê e fazem o sucesso que a gente vê, Ritinha e toda a sua equipe. Muito obrigada por todo o apoio que vocês nos dão.

Saúdo os três pilares básicos da Defensoria Pública neste momento: a minha amiga Dr. Vitória Bandeira, Defensora Pública Geral; a minha amiga Dr. Carla Guenem, Corregedora-Geral; a minha colega Dr^a Soraia Ramos, presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia. Saúdo o meu colega, representante da Anadep, Dr. Cláudio Piansky e o meu querido amigo, Dr. Rui, que sempre conversa comigo sobre o orçamento e fala que temos de ter paciência porque é uma questão orçamentária. Contudo, existem algumas questões que não passam pelo orçamento, meu caro amigo Dr. Rui, e é onde nós entramos no nosso embate, entre elas nós temos o reconhecimento de que o Estado internalize que a Defensoria Pública é uma instituição autônoma.

O Estado precisa perceber a autonomia da Defensoria Pública. Cito, por exemplo, os processos de aposentadoria. Uma situação esdrúxula vem acontecendo, porque os nossos colegas que estão pedindo aposentadoria são obrigados a ficar 5 anos na instituição.

Bebeu água, não foi, Dr. Rui? É bom! Só para digerir um pouquinho. Eu também estou precisando de água, Ritinha!



Só como exemplo mencionei isso. Temos muitos outros problemas que não passam pelo Orçamento, mas para os quais é possível, sim, o diálogo respeitoso, como nós sempre travamos.

A nossa querida ouvidora, Tânia Palma, na pessoa de quem saúdo toda a sociedade civil. Peço vênua também para saudar aquela menininha que está sentada no colo da mãe, em nome do futuro. Ao sentar ali, vi o sorriso dela através da filmagem. Esse é o sorriso do amanhã. Saúdo toda a sociedade civil naquele sorriso maravilhoso que nos contagiou pelo telão.

Saúdo também o nosso querido Mateus, que falou sobre o advogado dativo, algo que me preocupa bastante. Sou favorável, sim, a que, onde não houver defensor público, o governo comece a fazer esse incremento orçamentário. Mas eu temo que aconteça, Mateus, o que aconteceu em Sergipe: uma inversão. Um júri em Sergipe custa R\$ 5.000,00, e um defensor público atua em mais de 10 júris. Então, para pagar um advogado da confiança do juiz, o Estado gastaria quase R\$ 50.000,00, e isso daria para pagar três ou quatro defensores públicos. Nós apoiamos, sim, a causa de vocês. Quando digo nós, acredito que esse seja o sentimento da Associação, Dr^a Cristina, que está presente.

Vamos fortalecer, vamos ser parceiros, mas, primeiro, vamos ajudar a Defensoria a ter um defensor em cada município. Aí, sim, poderemos dar todo o apoio a esse serviço do advogado dativo.

Parabéns pelo lançamento dessa campanha de laços. Há muito almejamos isso em relação à OAB, mas a OAB cruzou os braços e ficou inerte por muito tempo. Valorizo isso e peço que você mande um abraço ao novo presidente da OAB. Nós queremos, sim, o diálogo; nós queremos, sim, o fortalecimento.

Avoco ao meu discurso, à minha fala tudo o que já foi dito aqui. Para não ser repetitiva, eu vou falar de algo, já que estamos aqui com estudantes, adolescentes...

Eu olho para esse painel e fico triste. Nós temos 63 deputados, sendo que 25 estão presentes na Casa e cinco estão no Plenário. Eu sou cidadã do Estado da Bahia, não quero integrar essa nau, porque muitos já se foram, mas eu estou aqui, e esta Casa é o coração político da Bahia. Faço essa ressalva porque é muito fácil criticarmos o tempo todo o



governador do Estado da Bahia. Como ex-presidente da Associação, fiz as minhas críticas a ele, mas também fiz os meus reconhecimentos e sou profundamente grata ao governador.

Eu não posso deixar de fazer, aqui, as críticas, e não estou sendo indelicada por isso, porque a Casa não é apenas dos parlamentares, ela é nossa também, é minha também, não é, deputada Maria del Carmen? Então, eu posso fazer essa crítica. (Palmas)

Eu gostaria, deputado Álvaro Gomes, que essa faixa: “A importância da Defensoria Pública para a garantia do acesso à Justiça” ficasse no Plenário durante esta semana. Por que isso? Para que os 63 deputados...

Quando eu era presidente, nós tínhamos outros deputados nesta Casa, a exemplo de Luiz de Deus, que não está mais aqui – não morreu, graças a Deus. Ele é suplente de deputado federal, acho que já é deputado federal –, e de tantos outros. Houve uma mudança muito grande nesta Casa, se eu estiver enganada, por favor, corrijam-me, e nós temos um novo quadro político, um quadro que, talvez, não reconheça a importância da Defensoria Pública. É preciso cutucar o coração desses deputados, representantes de todo o Estado da Bahia, a fim de cultivar a importância da Defensoria Pública.

Então, se esses 63 deputados internalizarem que seus municípios precisam de defensores públicos, eles serão uma força-tarefa, juntamente com toda a sociedade civil e com todos os defensores públicos, para convencer o governador. Não se convence alguém daquilo em que não se acredita! É preciso que os deputados estaduais da Bahia acreditem no fortalecimento da Defensoria Pública, porque se não existem defensores públicos em seus municípios, é porque, também, os deputados estaduais, com *data maxima venia*, não estão fazendo os seus deveres de casa.

Então fica, aqui, a minha sugestão. Vamos todos nos juntar, melhor, digo todos os deputados, representantes de cada município, pois esta é tarefa de vocês, uma vez que vocês foram eleitos pelo povo. Vamos todos ao governador buscar o fortalecimento da Defensoria Pública.

Parabéns, defensores públicos! Não há crítica nenhuma ao trabalho de vocês. Nós, defensores públicos, somos verdadeiros heróis. Utilizamos a nossa vocação, a nossa força interior para não sucumbirmos diante de tanta dificuldade.



Muito obrigada a todos vocês que fazem desta classe algo mágico, algo diferente, algo que busca integrar e fazer com que o indivíduo se transforme em cidadão.

Pesquei, ali, rapidinho, de um poeta que adoro, pois Graciliano Ramos diz: *“Quando os ventos de mudança sopram, umas pessoas levantam barreiras, outras constroem moinhos de ventos.”* Vamos construir moinhos de vento a partir desta Casa; assim, conseguiremos conquistar o governador.

Boa-tarde a todos. Muito obrigada, gente. (Muitas palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



5720-III

Ses. Esp. 13/06/13

Or. Rita Sabadelhe

Comemoração ao Dia Nacional do Defensor Público.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Convido Rita Sabadelhe para fazer uso da palavra. Ela é uma das coordenadoras do Movimento dos Sem Teto de Salvador. (Muitas palmas).

A Sr^a RITA SABADELHE:- Boa-tarde a todos e a todas.

Quero saudar a Mesa na pessoa do deputado Álvaro Gomes e, ao mesmo tempo, agradecer a iniciativa desta sessão especial. Saúdo a deputada Maria del Carmem. Parabenizo todos os defensores públicos do Estado da Bahia. Agradeço a todos os coordenadores dos núcleos dos bairros da Frente de Luta Popular que é um dos oito movimentos que fazem parte do assento do ConCidades-BA. São movimentos de moradia, movimentos sérios que lutam pela questão da habitação e da reforma urbana no estado da Bahia.

Gostaria de registrar, fazendo uma leve brincadeira, que o Plenário está ficando vazio, porque está muito frio aqui dentro, deputado. Registro que uma coordenadora do núcleo Cabula acabou de sair para dar à luz, porque o frio estimulou o nascimento da criança. (Palmas) Então, parabenizo mais um sem teto no Estado da Bahia. (Palmas)

Quando cheguei, vi uma montagem, aqui na Assembleia, que os defensores devem ter feito. Hoje, no Estado da Bahia, com a criação do novo território de identidade, nós somos 27 territórios de identidade. E a atuação, hoje, da Defensoria, gostaria de lembrar que não passa de cinco territórios de identidade.

Então, contem com a gente do movimento de moradia. A Defensoria Pública pode contar não só com os deputados, mas com todos os movimentos de moradia. A nossa pressão, junto ao governador, será forte, porque quem mais precisa da presença da Defensoria somos nós das classes menos privilegiadas. (Palmas)

Apesar de Tânia Palma dizer que pouco a incomodamos na Ouvidoria, a gente incomoda, sim. Aliás, não é incomodar. Nós precisamos de pessoas que nos defendam, não apenas eu, Idelmário, Proença do Movimento dos Sem Teto de Salvador ou outro



companheiro de luta de mais de 10 anos. Não é só a nossa voz que vai chegar ao governador ou a quem quer que seja para criarmos outras Defensorias. Nós podemos ir às ruas. Nós podemos ter voz. Mas são os deputados, esta Casa, a sociedade civil, só com a força de todos nós vamos construir isso.

Quando falei, em nossa reunião de núcleos, para virmos conhecer os defensores as pessoas vieram. Só não vieram mais pessoas, porque a cidade está travada por causa do engarrafamento e, infelizmente, não conseguiram chegar aqui.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos.

Parabéns, meu querido deputado Álvaro Gomes! Parabéns a todos!

Muito obrigada. (Muitas palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



5721-III

Ses. Esp. 13/06/13

Or. Zé Neto

Comemoração ao Dia Nacional do Defensor Público.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Encerrando a sessão especial, quero dizer que não sou defensor nem advogado dos meus colegas deputados, mas desejo só esclarecer que esta é uma das sessões mais representativas por termos presentes aqui 26 deputados, agora com Zé Neto. Marque a presença, por favor, senão tomará falta. (Risos!)

Realmente termos 26 parlamentares transforma esta sessão numa das mais representativas dessa Assembleia Legislativa. O deputado tem fama de que não faz nada, de que não trabalha. Mesmo participando de uma sessão destas, ainda assim perguntam: “Por que os 63 deputados não estão aqui?” Posso afirmar a todos vocês que todos os 63 neste momento estão trabalhando intensamente. Às vezes, se passa a ideia de que o trabalho do parlamentar se resume à presença dele no Plenário, e isso não é correto. Se ele trabalha bem ou mal, se é correto ou errado, se é a serviço de um ou outro segmento, aí é outra história. Mas que trabalha, trabalha!

Cheguei do interior às 3 horas da manhã e às 8 já estava aqui na sessão. Nas atividades juninas, por exemplo, os prefeitos exigem as nossas presenças. E aí está o meu calendário para o São João, por exemplo: dia 23, Gandu; dia 22, Correntina; 23, também Rodelas. E o caminho mais curto para eu sair de Correntina no dia 22 e chegar no seguinte em Rodelas é ficar nas atividades até meia-noite, acordar às 3 da manhã, pegar um carro até Brasília, de lá um avião aqui pra Salvador e daqui, outro carro até Rodelas. Ou então pegar um jatinho. Como não tenho, esse é realmente o caminho mais curto.

Isso não é contabilizado como trabalho. Então, as pessoas não enxergam essas coisas. Se o trabalho é para o bem ou para o mal ou para um lado ou outro, como já disse, aí é outra história. Quero dizer novamente que não sou defensor nem advogado dos meus colegas deputados, mas todos os 63 neste momento estão trabalhando.

Aqui na Assembleia Legislativa, às vezes, temos cinco reuniões de Comissões. E aí o deputado está em uma reunião ou outra. Sai de uma, vai pra outra. Quando as pessoas



chegam a uma reunião, ele pode já estar em outra atividade. O que não se pode dizer é que o deputado não trabalha. Pode-se dizer que trabalha mal. Sempre defendi essa tese e continuo defendendo. Portanto, eu só queria prestar esses esclarecimentos.

Daqui a pouco, às 14 horas, irei para o Plenário cumprindo o meu mandato. Sei que não posso faltar, mas há muitas outras atividades. Tenho Camaçari às 18 horas, Simões Filho às 20, e assim vai. Essa é a atividade do parlamentar que aparenta não fazer nada. Então, estou aqui só fazendo a defesa dos meus colegas sem ser advogado deles para que possamos desmistificar algumas questões. E repito considerar que esta sessão é uma das mais representativas neste Legislativo.

Concedo a palavra ao Líder do governo, deputado Zé Neto, que vai anunciar a nomeação de novos defensores e verbas para ela. (Palmas e risos!)

O Sr. ZÉ NETO:- Essa é a distância entre querer e poder. Falo poder estando no poder, pois há uma diferença grande. Inclusive a Oposição reclama porque quer caminhos curtos. Mas é o processo porque, quando estamos no poder temos de saber o tamanho das pernas e a distância da estrada. Mas sempre reconhecer o que foi feito, porque sem isso não avançamos.

Quero saudar a nossa defensora geral, Dr^a Vitória, e a nossa presidenta da Associação, Soraia.

Falei das “mulé”, e em nome dos “home”, como falamos no sertão, quero saudar o nosso amigo Álvaro e também Rui. É uma satisfação imensa estar com vocês aqui. E nas pessoas deles, quero saudar todos os presentes.

Vejo ali o meu amigo Rogério. Quero contar uma história.

Ganhei a eleição para orador da minha turma de formatura na UFBa por um voto. Aconteceu o 1º turno e ganhei por oito votos. Como eu era um azarão, morava em residência universitária, fazia política estudantil, era de esquerda, centenário da Faculdade de Direito da UFBa, aquela coisa toda, quando a turma viu que eu iria ser o orador e poderia ser problema, fizeram um movimento na escola para derrubar a minha candidatura. O negócio estava apertado, faltava meia hora para o encerramento da votação e Rogério não havia votado ainda, porque não sabia se participaria da solenidade ou não.



Então, penso que ele lembrou de uma história que nós dois enfrentamos no 1º semestre, quando entramos na faculdade. Eu fazia política estudantil, era o meu segundo curso. Um professor reclamou porque ele foi de camisa de malha. Eu também estava de camisa de malha, mas não reclamou comigo, porque sabia que eu era do movimento estudantil.

Rogério fez uma pergunta e o professor o tratou muito mal e falou da camisa. Em seguida, fiz a mesma pergunta. (Risos) O professor perguntou se eu estava querendo confusão. Respondi afirmativamente. Houve uma discussão na sala. Tomei as dores de Rogério porque éramos do mesmo ano, mas, como eu já vinha do movimento estudantil, era mais ousado e destemido.

Rogério é um amigo que reencontro aqui. Quero agradecer por aquele voto. Fui orador da minha turma e foi uma coisa muito bacana na minha vida, foi um momento muito emocionante no centenário da Faculdade de Direito. E estou aqui, hoje. Talvez se eu não tivesse tomado gosto em falar não estivesse aqui, hoje

O Sr. Rogério:- Não me arrependo de ter votado em você.

O Sr. ZÉ NETO:- Estão vendo? Muito obrigado. (Risos e palmas.)

Mas, voltando ao tema, essas audiências públicas são muito afirmativas. As pessoas, às vezes, pensam o seguinte: vamos fazer uma construção no Estado. A construção é física, é o que se vê, é o que se bota no bolso. Não! A construção é o que se discute, é o que se planeja, é focar o assunto, é trazer elementos para que a Casa e as pessoas que estão, neste momento, ouvindo...

Eu estava ouvindo esta sessão do meu gabinete e pensei: vou para o Plenário antes que acabe. Estava resolvendo vários assuntos, pois o Líder do governo tem sempre mais tarefas no seu cotidiano. Então, vim rapidinho para dizer que temos uma caminhada ainda muito longa no processo de democratização do nosso País.

Não é diferente aqui, na Bahia. Eu e Álvaro Gomes acompanhamos desde o início as dificuldades e quanto ganhava cada defensor. Faço questão de dizer isso, porque defendo o meu governo com muito orgulho. Sou muito orgulhoso por defender, no plano nacional, Dilma e o meu companheiro Lula, que disse a Fidel Castro uma das frases mais



emblemáticas, que repito muito: “As elites internacionais não gostam da gente não é pelo que fizemos de errado, não, meu amigo Fidel, eles não gostam da gente é pelo que fizemos de certo.”

Fizemos muitas coisas certas, que continuam certas e ainda há um espaço de tempo para chegarmos aonde queremos, porque o cobertor é curtinho. Este Estado ainda é o 25º em Orçamento *per capita*, que é o Orçamento dividido pela população. E há uma coisa grave, ele é extenso, as distâncias neste Estado são muito grandes, não só as sociais, mas físicas e geográficas.

Nós sabemos exatamente o quanto precisamos avançar com os senhores defensores públicos e não pensem que isso é uma conversa da boca para fora, senão nossa Bancada e nosso Governo não teriam dado os passos que deram. Demos passos que na vida de cada um dos senhores basta sentar, fechar os olhos um pouquinho e vão perceber rapidamente a grande diferença que existe hoje na relação de respeito a essa importante instituição. E é preciso que tenhamos isso não para acalmar os ânimos, mas para fidelizar as conquistas. Os ânimos não precisam ser acalmados, nem nós trabalhamos nesse viés, até porque o tempo é generoso conosco.

Olhem aí os professores da APLB que vieram aqui, vaiaram a gente, “quebraram o pau”, queriam um aumento de 22% de uma hora para outra, nós havíamos feito um acordo em janeiro, ótimo para eles, dando 7% de ganho real, e de repente, estava tudo certinho, em fevereiro, o que era 6% virou 22%, e eles disseram: Ah, não queremos mais aqueles sete, não, agora queremos os 22% que apareceram. Bom, gente, nós fizemos com sete porque naquela hora valia, que era a inflação, depois não era mais a inflação, eram 22%, então tinha uma diferença grande. Dissemos, então vamos deixar para o fim do ano, aí disseram, - não, queremos agora, - vocês não são companheiros ? Na lógica é isso.

Nós nunca tivemos com eles nenhuma diferença por conta disso. Ao contrário, respeitamos a legitimidade do movimento, enfrentamos o mais doloroso momento da história para nós e hoje eles estão sendo aqui chamados de traidores, de pelegos, de todo tipo de agressão pelos mesmos que estavam aqui sendo aplaudidos por eles. Porque a lógica da história ela vai se dando no tempo. Os defensores contem conosco, agora entendam também,



há pouco o Álvaro me falou: Mas o Ministério Público já teve esse aumento, o Ministério Público reclama da mesma coisa com a gente pelo tamanho que eles precisam ter e pelo tamanho que eles têm.

Temos essa lógica de ir construindo gradativamente, passo a passo, caminhos mais sólidos, e não pensem que não estamos fazendo com vocês porque não queremos. Estamos com os pés no chão, está ali o nosso procurador-geral que neste Governo tem uma função importantíssima, a Procuradoria Geral, porque nós não estamos fazendo nada neste Governo que não passe para a Procuradoria, e ela própria anda dizendo para nós: calma com os limites prudenciais, com as situações e as coisas que estão acontecendo. É óbvio que temos um gasto com o pessoal e custeio que, neste instante, estamos com a bola assim, na marca do pênalti.

Quero dizer que essa Liderança fala em nome da Bancada, está sempre conversando com os defensores públicos e eles entendam o processo do tempo. Porque, gente, muitas vezes a crítica é bem vinda, e vamos ter assimilação no que for possível, mas cuidado com o tempo. Os mesmos que hoje aplaudam e querem uma crítica mais exacerbada, são os mesmos esquecidos que, lá na frente, se voltarem ao poder, vocês não terão esses espaços, não terão outras conquistas e talvez interrompam o passo a passo que ao ver de longe é lento, mas ao ver de perto é o que está sendo possível.

Fica aqui em nome da Bancada do Governo o profundo respeito que temos por essa importante categoria, por esse importante trabalho que vocês fazem, nós acreditamos nisto, nós não estamos construindo com Bolsa Família, com Luz para Todos, com todas as políticas sociais, com 35 milhões de brasileiros que saem da miséria e passam para a classe média e lá, vocês podem crer, que de cada dez, de cada cinco, quatro são negros, e esse fosso mantido por 500 anos, propositalmente para o domínio de alguns, está sendo cada dia preenchido por seres humanos que precisam de dignidade e de oportunidade. E dignidade e oportunidade é bem a matéria que vocês conhecem e trabalham.

Portanto, Quero deixar aqui a nossa solidariedade, a nossa amizade, o nosso respeito e a nossa grata satisfação de neste instante estar aqui, reconhecendo a importância da Defensoria Pública para a garantia do acesso à Justiça.

Valeu! (Palmas.)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)

**DL-04****Ses. Esp. 13/06/13**

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Encerrando, queria dizer que continuaremos nessa busca, tanto no debate com o governo, para que sejam enviados os projetos, o plano de cargos e também a reclassificação das comarcas, no caso, a adaptação para a Defensoria Pública, quanto na questão da nomeação de novos defensores, que dependem de recursos – e há, efetivamente, uma dificuldade, mas toda vez que conversamos com o governador ele tem demonstrado uma preocupação muito grande.

Claro que existem situações complicadas. Como a exposta, por exemplo, por um prefeito, cujo nome esqueci, que até estava em uma audiência com o governador. É o seguinte: todos os funcionários, inclusive os secretários, são servidores públicos concursados. E havia estourado o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aí o Tribunal de Contas disse: “Não tem jeito, tem que demitir os concursados”. Como é que vai fazer? “Demito os concursados, porque estão estourando, ultrapassando a Lei de Responsabilidade Fiscal”.

Vem o Ministério Público e manda readmitir. Como vai fazer? Entra numa situação de dificuldade, ou seja, há essa contradição. Aliás, a Lei de Responsabilidade Fiscal, na minha opinião, deveria sofrer algumas alterações para que não se fique em situação de dificuldade, às vezes, em serviços essenciais. Estes muitas vezes ficam amarrados por causa dessa Lei de Responsabilidade Fiscal.

Claro, tem que ter a Lei de Responsabilidade Fiscal, ninguém é contra que existam os limites, até porque eles existem mesmo: num orçamento, vão 10% para um, 20% para outro, 25% para outro, e aí se chega a 100%. Não tem como ir além dos 100%.

Então, o problema é como estabelecer as prioridades da forma socialmente mais justa possível. Há essa dificuldade, efetivamente, mas há todo o interesse do governo, pelas conversas que temos tido, em fortalecer a Defensoria Pública.

Há algumas questões. Por exemplo, a sede própria é algo que não está vinculado, a princípio, à Lei Responsabilidade Fiscal. É observar um terreno e contribuir para essa



construção. Já a nomeação dos novos defensores depende de recursos, e aí o governo precisa ter o equilíbrio para que haja, porque são importantes essas novas nomeações. O ideal é, realmente, haver mil defensores ou até mais, mas vamos avançando, de acordo com a realidade objetiva.

Existem outras demandas dos defensores. E de uma uma coisa se pode ter certeza: nós, parlamentares, estamos aqui com toda a boa vontade. Aliás, tem sido essa dinâmica: antes com Teresa, Cleriston, Laura, Cláudio, sempre aqui, no dia a dia. Depois, Cristina, ainda como concursada, sempre estava aqui com outros concursado até serem nomeados. É uma luta permanente, constante, que temos de continuar.

Então, podem contar com o nosso apoio, dentro das limitações do Estado e das nossas próprias limitações. Mas uma coisa é certa: defendemos o fortalecimento, a consolidação da Defensoria por uma questão de convicção, por uma questão de necessidade real para a nossa população.

Não é possível que a população fique carente de um serviço tão essencial para seu acesso à Justiça. A Defensoria é estratégica nessa função, por isso nós a defendemos.

Agradeço a presença de todos; do Sr. Procurador Rui Cruz, representando o governador; de Soraia, presidente da Associação; de Tânia, da Ouvidoria da Defensoria; de Mateus; da Dr^a Vitória; da Dr^a Hélia; do Dr. Cláudio. Quero agradecer, então, a presença dessa Mesa ilustre, acima de tudo agradecer a presença de todos que ficaram aqui suportando o frio, mas buscando o calor da solidariedade para construirmos uma nova sociedade.

Agradecendo a presença de todos em nome do poder Legislativo, eu declaro encerrada a sessão especial. (Palmas.)